



Concurso Público para provimento de cargos de
Promotor de Justiça Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Leia a notícia abaixo, divulgada no sítio do Ministério Público do Estado de São Paulo, no mês de maio de 2012:

A Promotoria de Justiça do Consumidor ajuizou, nessa segunda-feira (21), ações civis públicas com o objetivo de dissolver seis torcidas organizadas de futebol e proibir essas agremiações e seus sócios de frequentar os locais onde são realizados eventos esportivos. As ações foram propostas contra as torcidas Mancha Alviverde (Palmeiras), Gaviões da Fiel (Corinthians), Serponte e Jovem Amor Maior (Ponte Preta), e Guerreiros da Tribo e Fúria Independente (ambas do Guarani), em razão do envolvimento dessas agremiações em atos de violência.

Em todas as ações, o promotor de Justiça Roberto Senise Lisboa pede a concessão de liminar para que as torcidas e seus integrantes sejam impedidos de comparecer a eventos esportivos, em todo o território nacional, até o julgamento final dos processos; a dissolução das torcidas organizadas para "garantir a segurança e sossego públicos, uma vez que houve o desvirtuamento de suas finalidades, sendo as torcidas organizadas utilizadas para a promoção de atos e práticas ilícitas, inclusive ilícitos penais, com a ocorrência de atos de violência e tumultos a elas relacionados, causando enormes danos à sociedade, gerando a sensação de falta de segurança dentro e fora dos estádios".

À luz da disciplina constitucional da matéria, considere as seguintes afirmações a esse respeito:

- I. A pretensão do Ministério Público encontra suporte na previsão constitucional de que a liberdade de associação é plena, desde que para fins lícitos, existindo a possibilidade de se requerer em juízo a suspensão das atividades de uma associação ou, até mesmo, sua dissolução compulsória.
- II. Os objetivos perseguidos pelo Ministério Público não se coadunam com as finalidades estabelecidas na Constituição da República para a ação civil pública, estando compreendidos, em verdade, no espectro da ação popular, para a qual o *parquet* não possui legitimidade.
- III. O pedido para que as torcidas sejam impedidas de comparecer a eventos esportivos não poderá ser deferido em caráter liminar, por implicar a supressão das atividades dessas associações, o que depende de decisão judicial transitada em julgado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) I e III.

2. Um eleitor, inscrito em Santa Catarina, peticionou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para requerer que fossem adotadas as providências cabíveis em relação a membros do Ministério Público daquele Estado que ocupavam cargos de Secretário de Estado no âmbito do Poder Executivo estadual. Em um primeiro momento, o CNMP houve por bem acolher a representação, tendo editado Resolução que determinava o desligamento imediato dos membros do Ministério Público de suas funções no Executivo estadual. Poucos dias depois, contudo, sem que houvesse provocação, o CNMP, por maioria de votos, editou uma segunda Resolução, conferindo prazo de 90 dias para o referido desligamento.

Diante disso, o eleitor em questão ajuizou ação popular, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), requerendo a anulação da segunda Resolução do CNMP. No mérito, a pretensão do autor da ação

- (A) não encontra respaldo constitucional, uma vez que se trata de questão *interna corporis* do Ministério Público, não cabendo ao Poder Judiciário analisar a conveniência e oportunidade da decisão tomada pelo CNMP.
- (B) encontra suporte na previsão constitucional segundo a qual ao membro do Ministério Público é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, mas não possui o STF competência originária para a ação popular, nesse caso.
- (C) somente encontraria respaldo constitucional se houvesse prejuízo ao erário, na hipótese de comprovado recebimento de subsídios pelos membros do Ministério Público, sem o exercício de suas atribuições.
- (D) encontra suporte na previsão constitucional segundo a qual compete ao STF processar e julgar, originariamente, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o CNMP.
- (E) não possui respaldo constitucional, uma vez que o CNMP tem competência para fixar prazo para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ao analisar atos e contratos celebrados por órgãos ou membros dos Ministérios Públicos estaduais.

3. Proposta de emenda à Constituição de iniciativa de 27 Senadores, tendo por objetivo transferir do Ministério Público para as Defensorias Públicas a função de defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas, é submetida à votação em dois turnos, no Senado Federal, obtendo 52 e 47 votos em favor da aprovação, em primeiro e segundo turno, respectivamente.

Nessa situação, a referida proposta de emenda à Constituição

- (A) é incompatível com a Constituição da República, por ofensa ao princípio constitucional da separação de poderes, que funciona como limite material ao poder constituinte derivado.
- (B) padece de vício de iniciativa, por não ter sido observado o número mínimo de assinaturas para apresentação de propostas de emenda à Constituição por parlamentares.
- (C) deverá ser discutida e votada pela Câmara dos Deputados, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, o voto da maioria absoluta dos respectivos membros.
- (D) foi rejeitada em segundo turno de votação no Senado Federal, razão pela qual a matéria de que trata não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (E) não poderia sequer ter sido objeto de deliberação, por versar sobre direitos fundamentais, matéria em relação à qual é vedada a atuação do poder constituinte derivado.



4. Considere a ementa abaixo, extraída de acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), relativo a julgamento realizado em abril de 2009:
- “1. Direito Administrativo. Concurso Público. 2. Direito líquido e certo à nomeação do candidato aprovado entre as vagas previstas no edital de concurso público. 3. Oposição ao poder discricionário da Administração Pública. 4. Alegação de violação dos arts. 5º, inciso LXIX e 37, *caput* e inciso IV, da Constituição Federal. 5. Repercussão geral reconhecida.
- DECISÃO: O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. Não se manifestaram os Ministros Cezar Peluso, Carmen Lúcia, Ellen Gracie e Joaquim Barbosa.”
- Analise as seguintes afirmações a esse respeito:
- I. Trata-se de decisão prolatada em sede de recurso extraordinário e, portanto, controle difuso de constitucionalidade.
- II. O acórdão limita-se a reconhecer a existência de repercussão geral da questão constitucional discutida no caso, não se cuidando, ainda, de decisão sobre o mérito da questão.
- III. A ausência de manifestação de quatro Ministros do STF no caso implica desrespeito à regra constitucional segundo a qual, para reconhecimento da repercussão geral e admissão do recurso extraordinário, exige-se o voto de dois terços dos membros do Tribunal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.
-
5. Lei estadual que disponha sobre propaganda comercial será
- (A) compatível com a Constituição da República, desde que trate de exercício de competência legislativa suplementar e inexistir lei federal de normas gerais sobre a matéria.
- (B) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, o que exclui a possibilidade de Estados legislarem a esse respeito.
- (C) compatível com a Constituição da República, por se tratar de exercício de competência legislativa comum a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) compatível com a Constituição da República, desde que inexistir lei federal sobre a matéria e a lei estadual vise a atender às peculiaridades do Estado.
- (E) compatível com a Constituição da República, desde que exista lei federal que autorize os Estados a legislarem sobre questões específicas da matéria e que a estas se restrinja a lei estadual.
-
6. Nos termos da Constituição da República, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de
- (A) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- (B) atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- (C) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental e médio.
- (D) educação básica, obrigatória e gratuita, cabendo aos Estados e Distrito Federal atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- (E) educação básica, obrigatória e gratuita, cabendo aos Municípios atuar prioritariamente nos níveis de ensino fundamental e médio.
-
7. Em abril de 2012, ao decidir sobre o pedido formulado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação “para declarar a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126, 128, incisos I e II, todos do Código Penal” (conforme ata de julgamento respectiva, publicada no Diário Oficial da União).
- Nesse caso, o STF procedeu à
- (A) declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais submetidos à sua apreciação, sem redução de texto.
- (B) declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais submetidos à sua apreciação, com redução de texto.
- (C) declaração parcial de inconstitucionalidade dos dispositivos legais submetidos à sua apreciação, com redução de texto.
- (D) interpretação conforme à Constituição, com extensão de efeitos dos dispositivos legais submetidos à sua apreciação.
- (E) interpretação conforme à Constituição, com redução do alcance normativo dos dispositivos legais submetidos à sua apreciação.
-
8. No caso de Estado estrangeiro requerer à República Federativa do Brasil a extradição de brasileiro nato que se encontre no território nacional, o pedido em questão
- (A) será admitido apenas na hipótese de cancelamento de sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (B) será admitido somente na hipótese de a lei do Estado solicitante reconhecer igualmente nacionalidade originária ao extraditando.
- (C) não poderá ser atendido, uma vez que a Constituição da República não admite a extradição de brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias ou a natureza do delito.
- (D) poderá ser admitido na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (E) poderá ser admitido, salvo na hipótese de condenação em virtude de crime político ou de opinião.



9. Sobre a competência dos Municípios para instituir impostos é correto afirmar que
- (A) os Municípios têm competência para instituir e arrecadar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
 - (B) tanto o Imposto de Transmissão de Bens por ato *inter vivos* como por ato *causa mortis* são de competência dos Municípios.
 - (C) o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza terá alíquota fixada por lei complementar, portanto todos os Municípios devem aplicar a mesma alíquota.
 - (D) o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores é de competência do Município e sua receita é repartida com o Estado.
 - (E) o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel e seletivas, de acordo com a localização e o uso do imóvel.
10. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar:
- (A) A regra da legalidade impede que o Chefe do Poder Executivo majore, por decreto, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (B) A regra da legalidade impede que o Chefe do Poder Executivo atualize monetariamente a base de cálculo dos tributos da competência do ente.
 - (C) Dispõe expressamente a Constituição Federal que o princípio da vedação ao confisco proíbe expressamente a utilização de tributos e multas com efeito confiscatório.
 - (D) O princípio da capacidade contributiva é direcionado apenas aos impostos, conforme expressa disposição constitucional.
 - (E) A regra da anterioridade nonagesimal impede que alíquotas e base de cálculo de todos os impostos municipais sejam majoradas depois de noventa dias para o término exercício financeiro.
- Direito Administrativo**
11. "Em razão de estar sob um regime jurídico especial, tal entidade fica dispensada de realizar concurso público para admissão de pessoal". A entidade a que se refere a afirmação é:
- (A) Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) Agência Executiva.
 - (C) Associação Pública.
 - (D) Empresa Pública.
 - (E) Sociedade de Economia Mista.
12. No tocante aos processos por improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) uma vez que o acusado de improbidade tenha sido eleito deputado federal, o processo será remetido ao Supremo Tribunal Federal, em face da prerrogativa de foro.
 - (B) as sanções por improbidade não se aplicam em relação a dirigentes de entidades privadas, excetuada a hipótese de que pratiquem atos tipicamente estatais, mediante delegação de ente público.
 - (C) a ausência de notificação para defesa prévia, nos termos do art. 17, § 7º da Lei nº 8.429/92, não implica em nulidade processual, exceto se houver comprovado prejuízo à defesa do acusado.
 - (D) ocorrendo o falecimento de agente condenado unicamente por "revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo" (art. 11, da Lei nº 8.429/92), sem que a conduta tenha implicado em dano ao erário ou enriquecimento ilícito, seus sucessores responderão somente pela multa civil a que foi condenado, até o limite da herança.
 - (E) será responsabilizado criminalmente, aquele que, dolosa ou culposamente, representar indevidamente contra agente público ou terceiro beneficiário, por suposto ato de improbidade.
13. NÃO configura hipótese legal de dispensa de licitação a
- (A) contratação direta quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
 - (B) aquisição, pelos Estados, de produtos, com o fim de regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - (C) alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500 ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais.
 - (D) celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
 - (E) contratação de prestação de serviços por associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
14. No âmbito do direito administrativo, retrocessão é
- (A) direito atribuído ao proprietário de bem expropriado, em face da trestinação do referido bem.
 - (B) direito da entidade cedente de reaver o bem objeto de cessão de uso, em face do não cumprimento dos requisitos constantes do ato, pelo cessionário.
 - (C) hipótese de provimento derivado de servidor público, que retorna ao cargo de origem, após ter sido cedido a outra entidade da Administração Pública.
 - (D) a alienação, aos proprietários de imóveis lindeiros, de área remanescente ou resultante de obra pública que se tornar inaproveitável isoladamente.
 - (E) a invalidação de ato administrativo de outorga, em razão do descumprimento de requisitos pelo beneficiário.



15. Conforme estabelece a Lei nº 9.784/99, a anulação dos atos administrativos
- é ato de natureza discricionária, não sujeito à revisão de mérito pela autoridade jurisdicional.
 - é ato de natureza vinculada, o que faz desnecessária a sua motivação pela autoridade que o pratica.
 - não é possível, quando se tratar de nulidade arguida pelo interessado em recurso intempestivo.
 - está sujeita a prazo decadencial, quando se tratar de ato com efeitos favoráveis aos destinatários que estiverem de boa-fé.
 - não pode ser praticado por agente subordinado, mediante delegação da autoridade competente para praticá-lo.
16. De acordo com as diversas leis que regem as contratações da Administração, a arbitragem
- somente poderá ser aplicada aos contratos privados firmados pela Administração.
 - é instrumento obrigatório para solução de controvérsias nos contratos de parceria público-privada.
 - é meio de solução de controvérsias não admitido em contratos firmados pela Administração Pública, em vista da indisponibilidade do interesse público.
 - somente é aplicável aos contratos resultantes de licitações internacionais, cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte.
 - é admissível nos contratos de concessão comum de serviços públicos, desde que seja realizada no Brasil e em língua portuguesa.
17. O Regime Jurídico Único dos Servidores do Amapá (Lei nº 66, de 03 de maio de 1993) VEDA a
- reversão voluntária do servidor aposentado por invalidez que tenha recuperado sua capacidade laboral.
 - posse do nomeado, quando ultrapassados 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento.
 - promoção de servidor que tenha ingressado em uma carreira, antes de completar 2 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe.
 - recondução ao cargo anterior do servidor que tenha sido reprovado no estágio probatório relativo a outro cargo.
 - transferência *ex officio* de servidor que tenha cônjuge classificado no mesmo local de exercício.
18. O Regime Próprio de Previdência do Servidor Público do Estado do Amapá, regulado na Lei nº 915, de 18 de agosto de 2005,
- equipara o enteado e o menor sob guarda ou tutela aos filhos, para fins de inclusão como beneficiários-dependentes, mediante declaração escrita do segurado, dispensada a comprovação de dependência econômica e financeira.
 - estabelece que a alíquota da contribuição ordinária do Estado para custeio do regime não pode ser inferior à alíquota de contribuição ordinária dos segurados, nem superior ao dobro desta alíquota.
 - aplica-se a todos os servidores estatutários do Estado do Amapá.
 - estabelece a suspensão da filiação do servidor que tenha se afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração.
 - veda de forma absoluta a percepção concomitante de duas aposentadorias pelo segurado.
19. No tocante ao processo administrativo disciplinar, deve ser objeto de invalidação
- o ato de revisão do processo que motivadamente agravar a penalidade do servidor.
 - a aplicação de sanção ao servidor indiciado, quando ultrapassado o prazo legal para a conclusão do processo administrativo disciplinar.
 - a aplicação de sanção ao servidor indiciado, quando verificada a existência de vício formal na fase de sindicância, que precedeu ao processo administrativo disciplinar.
 - a aplicação de sanção referente a tipo infracional não mencionado na portaria de instauração do processo que, embora tenha descrito a conduta de forma clara e suficiente, capitulou-a em tipo diverso do estatuto funcional.
 - a aplicação de sanção por meio de ato decisório sem motivação específica, limitando-se a adotar a fundamentação contida no relatório da Comissão que conduziu o processo disciplinar, cuja proposta de punição foi acatada.
20. A atividade de controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas
- é limitada à legalidade dos atos administrativos praticados pelos órgãos públicos, não podendo avaliar a constitucionalidade destes, quando possuírem embasamento legal.
 - é realizada, dentre outros meios, pelo registro prévio dos contratos firmados pelo Poder Público, sendo condição indispensável de sua eficácia.
 - não se aplica aos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, visto que estes estão sujeitos ao controle especial do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente.
 - abrange a sustação de ato ilegal de aposentação de servidor público titular de cargo efetivo, se o órgão ou entidade responsável pelo ato, previamente comunicado, deixou de adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no prazo assinalado pela Corte de Contas.
 - compreende o julgamento anual das contas prestadas pelo Presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- Direito Penal**
21. No tocante aos crimes contra a administração pública, é correto afirmar que
- a reparação do dano no peculato culposo sempre conduz à extinção da punibilidade.
 - pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - inadmissível o concurso de pessoas no crime de falso testemunho, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.
 - o funcionário público, fora do exercício de suas funções, pode ser sujeito ativo do delito de desobediência.
 - a pena deve ser reduzida no delito de favorecimento pessoal se quem presta auxílio é ascendente do criminoso.



22. Em relação aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que
- (A) a participação ou auxílio posterior ao crime, não prometido ou prestado antes ou durante a subtração, é suficiente para configurar o concurso de pessoas no furto.
 - (B) o roubo qualificado pela lesão grave é crime hediondo.
 - (C) a ação penal é pública incondicionada se o estelionato é cometido em prejuízo de irmão maior de sessenta anos.
 - (D) impunível a receptação se inimputável o autor do crime de que proveio a coisa.
 - (E) possível a aplicação somente da pena de multa na apropriação indébita culposa, se primário o agente e de pequeno valor a coisa.
23. No que concerne aos crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que
- (A) a revogação do art. 214 do Código Penal pela Lei nº 12.015/09 conduziu à *abolitio criminis* do delito de atentado violento ao pudor anteriormente cometido.
 - (B) irretroativa a nova disposição do art. 225 do Código Penal que estabelece sempre ser pública condicionada ou incondicionada a ação penal nos crimes contra a liberdade sexual ou contra vulnerável.
 - (C) o estupro de vulnerável não é crime hediondo, já que se trata de hipótese de presunção de violência.
 - (D) apenas mulher pode ser sujeito passivo do delito de assédio sexual.
 - (E) configura o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável praticar conjunção carnal com alguém menor de quatorze anos submetido à prostituição.
24. Em relação ao homicídio, é correto afirmar que
- (A) o privilégio da violenta emoção pode concorrer com as qualificadoras objetivas, não com as subjetivas.
 - (B) as qualificadoras relativas aos motivos do crime não se comunicam aos coautores, mesmo que conheçam a motivação.
 - (C) premeditação constitui circunstância qualificadora.
 - (D) o erro quanto à pessoa não isenta de pena, considerando-se ainda as condições e qualidades da vítima.
 - (E) admite o perdão judicial, se privilegiado.
25. No crime de tráfico de entorpecentes,
- (A) a pena pode ser reduzida dentro dos limites legais de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), se o acusado colaborar voluntariamente com a investigação policial na identificação dos demais coautores e na recuperação do produto do crime.
 - (B) a sanção pecuniária será fixada em dias multa, em valor unitário não inferior a 1/30 nem superior a cinco vezes o maior salário mínimo, e podem ser aumentadas até o limite do triplo se, em virtude da situação econômica do acusado, o juiz considerá-las ineficazes, ainda que aplicadas no máximo.
 - (C) é isento de pena o agente que, em razão da dependência de drogas era, ao tempo da ação, apenas no que se refere ao comércio ilícito de entorpecentes, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - (D) é possível a concessão do livramento condicional após o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, se primário o condenado, ou de 1/2 (metade), se reincidente em crime doloso.
 - (E) as penas devem ser aumentadas de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.
26. NÃO constitui circunstância que agrava as penalidades dos crimes de trânsito
- (A) a utilização de veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas.
 - (B) portar o condutor permissão para dirigir ou carteira de habilitação de categoria diferente da do veículo.
 - (C) deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima.
 - (D) a utilização de veículo em que tenham sido adulterados equipamentos ou características que afetem sua segurança ou o seu funcionamento de acordo com os limites de velocidade prescritos nas especificações do fabricante.
 - (E) cometer a infração sobre faixa de trânsito temporária ou permanente destinada a pedestres.
27. Quanto aos crimes contra a fauna, é correto afirmar que
- (A) são considerados espécimes da fauna silvestre apenas aquelas pertencentes às espécies nativas ou migratórias.
 - (B) a pena deve ser aumentada até a metade, se o crime decorre do exercício de caça profissional.
 - (C) a pena deve ser reduzida no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção.
 - (D) é cabível o perdão judicial no caso de abate de animal nocivo, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
 - (E) a pena é aumentada de metade se o crime é praticado durante a noite.
28. O Regime Disciplinar Diferenciado
- (A) pode ser imposto quando o preso praticar fato previsto como crime doloso, ainda que não ocasione subversão da ordem ou disciplina internas.
 - (B) não pode ultrapassar o limite de 1/6 (um sexto) da pena aplicada.
 - (C) não pode ser imposto ao preso provisório.
 - (D) permite visitas semanais de duas pessoas, aí incluídas crianças, com duração de duas horas.
 - (E) não pode ser imposto ao preso estrangeiro.
29. Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa,
- (A) o aumento pela continuidade deve decorrer do número de infrações praticadas, segundo expressa previsão legal.
 - (B) os crimes não precisam ser da mesma espécie para o reconhecimento da continuidade delitiva.
 - (C) a pena, se reconhecida a continuidade, não pode exceder a que seria cabível pela regra do concurso formal.
 - (D) o juiz, se admitir a continuidade, poderá aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.
 - (E) é obrigatória a aplicação da regra do concurso material.
30. Constituem causas de extinção da punibilidade exclusivamente relacionadas a crimes de ação penal privada:
- (A) o perdão aceito e a perempção.
 - (B) a renúncia ao direito de queixa e a retratação do agente.
 - (C) a decadência e o perdão judicial.
 - (D) a retratação do agente e a perempção.
 - (E) o perdão aceito e a decadência.



Direito Processual Penal

31. A lei processual penal
- (A) não admite aplicação analógica nem interpretação extensiva.
- (B) admite interpretação extensiva, mas não aplicação analógica.
- (C) aplica-se desde logo, invalidando-se os atos praticados sob a vigência da lei anterior menos benéfica.
- (D) não admite suplemento dos princípios gerais do direito.
- (E) admite interpretação extensiva.
-
32. Quanto ao inquérito policial, é INCORRETO afirmar:
- (A) Nos crimes processados mediante ação penal de iniciativa pública condicionada à representação, é necessária a formulação desta para que o inquérito seja instaurado.
- (B) O indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
- (C) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, prescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial, mesmo se verificada a atipicidade do fato investigado.
- (E) O inquérito policial é dispensável para a propositura da ação penal.
-
33. No que concerne à prisão e à liberdade provisória, é correto afirmar:
- (A) Para a garantia da ordem pública, é possível a decretação de prisão preventiva de ofício, no curso do inquérito policial, mas não da ação penal.
- (B) Será exigido reforço da fiança quando a autoridade tomar, por engano, fiança insuficiente.
- (C) Constitui medida cautelar diversa da prisão a suspensão do exercício da função pública, quando o indiciado ou acusado já tiver sido condenado por outro crime doloso.
- (D) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.
- (E) É admitida prisão preventiva nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade superior a 3 (três) anos.
-
34. Sobre a ação penal, é correto afirmar que
- (A) a ação penal de iniciativa privada, subsidiária da pública, pode ser intentada por qualquer do povo quando o requerimento de arquivamento, formulado pelo Ministério Público, não for acolhido pelo juiz.
- (B) no caso de ação penal pública condicionada, a representação é retratável até o recebimento da denúncia.
- (C) no caso de ação penal de iniciativa privada, o Ministério Público pode recorrer se o acusado for absolvido.
- (D) o princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada obriga a que todos os querelantes exerçam a ação penal.
- (E) o perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
-
35. Em relação à competência no processo penal, é correto afirmar que
- (A) a competência especial por prerrogativa de função prevalece ainda que o inquérito policial ou ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.
- (B) a competência se dá pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (C) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante pode preferir o foro de domicílio ou residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- (D) é necessária a separação dos processos quando, por motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- (E) a competência é determinada pela continência se, no mesmo caso, houverem sido algumas das infrações praticadas para facilitar ou ocultar as outras.
-
36. Em relação aos sujeitos processuais, é correto afirmar:
- (A) O prazo para o assistente recorrer supletivamente começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.
- (B) O assistente será admitido enquanto não for proferida sentença de mérito na ação penal condenatória.
- (C) Desde que devidamente habilitado, o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
- (D) Após o advento da Constituição da República de 1988, a queixa subsidiária deixou de ser admissível.
- (E) Nos casos a serem submetidos ao tribunal do júri, a assistência deverá ser requerida até 3 (três) dias antes do julgamento para que possa o assistente participar do julgamento em Plenário.
-
37. Quando o acusado é citado por hora certa e não comparece ao processo, na fase seguinte,
- (A) se não for apresentada defesa no prazo legal, será decretada a revelia do acusado e nomeado defensor dativo para representá-lo na audiência de instrução e julgamento.
- (B) será suspenso o processo e o curso do prazo prescricional e não será praticado qualquer ato processual até que o acusado se faça presente, quer pessoalmente, quer por meio de seu defensor constituído.
- (C) será suspenso o processo e o curso do prazo prescricional até que o acusado se faça presente, quer pessoalmente, quer por meio de seu defensor constituído, e será produzida prova antecipada a pedido do Ministério Público.
- (D) se não for apresentada defesa no prazo legal, será nomeado defensor para oferecer defesa escrita e o processo seguirá à revelia do acusado.
- (E) o acusado será citado por edital e, se não for oferecida defesa no prazo legal, será nomeado defensor dativo para apresentar defesa escrita e o processo seguirá à revelia do acusado.
-
38. Em relação à busca e à apreensão, é INCORRETO afirmar que
- (A) a expedição de mandado é dispensada quando a própria autoridade judiciária a realizar pessoalmente.
- (B) se ausentes os moradores, impossível a realização da busca.
- (C) as buscas domiciliares devem ser executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite.
- (D) o mandado precisa ser específico e indicar o fundamento e a finalidade da busca.
- (E) não é permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constitui elemento do corpo de delito.



39. No tocante ao procedimento do Júri, é correto afirmar que
- (A) o pedido de desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri é cabível quando houver dúvida sobre a segurança pessoal do defensor do acusado.
 - (B) não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, absolverá sumariamente o acusado.
 - (C) a intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao acusado, ao defensor constituído e ao Ministério Público.
 - (D) contra a decisão de impronúncia caberá apelação.
 - (E) na audiência de instrução, as alegações serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez).
40. Em relação ao *habeas corpus*, é correto afirmar que
- (A) não se processa pedido de *habeas corpus* apócrifo, se não acatada determinação de regularização.
 - (B) da decisão que concede ordem de *habeas corpus*, proferida pelos Tribunais dos Estados, cabe recurso ordinário constitucional para o Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) promotor de justiça não pode figurar como autoridade coatora no pedido de *habeas corpus*.
 - (D) assistente de acusação pode intervir no pedido de *habeas corpus* interposto em favor do acusado.
 - (E) da decisão de juízo de primeiro grau que denega *habeas corpus* cabe apelação.
- Direito Civil**
41. No que concerne às obrigações solidárias no direito civil brasileiro, na solidariedade passiva,
- (A) o devedor exonerado da solidariedade pelo credor após o pagamento da sua parte na dívida, responderá pelo rateio da quota parte do insolvente, independentemente se a insolvência for anterior ou posterior ao pagamento da dívida.
 - (B) se a ação for proposta pelo credor contra um dos devedores solidários, os outros não demandados não respondem pelos juros da mora.
 - (C) com a renúncia da solidariedade quanto a apenas um dos devedores solidários, o credor só poderá cobrar do beneficiado a sua quota na dívida; permanecendo a solidariedade quanto aos demais devedores, abatida do débito a parte correspondente aos beneficiados pela renúncia.
 - (D) a remissão obtida por um dos devedores solidários não aproveita aos outros devedores e o credor poderá cobrar destes últimos a integralidade do débito.
 - (E) tratando-se de obrigação divisível, se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, estes assumirão imediatamente a posição do falecido e responderão pela totalidade da dívida perante o credor, mantida a solidariedade.
42. A Lei nº 12.318/10 dispôs, definitivamente, e com grande importância, sobre a alienação parental, que já era muito debatida na doutrina e jurisprudência em nosso país. Especificamente sobre a alienação parental, é INCORRETO afirmar:
- (A) Caracterizados atos típicos de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá aplicar uma série de medidas, cumulativamente ou não, para prevenir e inibir a prática de atos de alienação parental, ou tolher-lhes a eficácia, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, mas não poderá estipular multa ao alienador.
 - (B) A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.
 - (C) A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.
 - (D) A omissão deliberada a genitor de informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço, caracteriza ato de alienação parental.
 - (E) Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.
43. No que concerne à adoção, com necessária atuação do membro do Ministério Público, na esteira do Estatuto da Criança e do Adolescente, modificado pela Lei nº 12.010/09, é correto afirmar:
- (A) O falecimento do adotante durante o procedimento, antes de prolatada a sentença, impede, em qualquer hipótese, o deferimento da adoção pelo Magistrado.
 - (B) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, independentemente da data de início do período de convivência desde que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.
 - (C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 1 ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
 - (D) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada, não sendo o consentimento do adotando colhido em audiência, até os quatorze anos de idade.
 - (E) Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.



44. Ricardo mantém relação de união estável com sua companheira Maria desde o ano de 2005. Não tiveram filhos comuns. Neste ano de 2012, Maria, que já possuía três filhos (José, Antonio e Pedro), de 10, 13 e 15 anos de idade, oriundos de um relacionamento amoroso anterior, faleceu vítima de um acidente automobilístico. Não há testamento. Neste caso, Ricardo, na condição de companheiro sobrevivente, participará legitimamente da sucessão de Maria quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável e terá direito a
- (A) 1/3 da herança.
- (B) metade do que couber a cada um dos filhos de Maria.
- (C) uma cota equivalente à que por lei for atribuída aos filhos de Maria.
- (D) metade da herança.
- (E) metade da herança mais 1/4 da outra parte, juntamente com os filhos de Maria.
45. Mauro e José contam, respectivamente, com dezoito e treze anos de idade. Paulo declara-se pai de Mauro e José neste ano de 2012 e pretende reconhecê-los como filhos, pois ambos seriam frutos de um relacionamento de oito anos que manteve com Ana, genitora de Mauro e José. Nesta hipótese, de acordo com o Código Civil, Paulo
- (A) não precisará do consentimento expresso de Mauro para o reconhecimento e José poderá impugnar o reconhecimento nos quatro anos que se seguirem à maioria ou à emancipação.
- (B) não precisará do consentimento expresso de Mauro para o reconhecimento e José poderá impugnar o reconhecimento nos dois anos que se seguirem à maioria ou à emancipação.
- (C) precisará do consentimento expresso de Mauro para o reconhecimento e José poderá impugnar o reconhecimento no prazo de até dois anos após à maioria ou à emancipação.
- (D) precisará do consentimento expresso de Mauro para o reconhecimento e José poderá impugnar o reconhecimento nos quatro anos que se seguirem à maioria ou à emancipação.
- (E) precisará do consentimento expresso de Mauro para o reconhecimento e José poderá impugnar o reconhecimento no prazo de até três anos após à maioria ou à emancipação.
46. Analise as afirmações abaixo sobre os Registros Públicos, nos termos da Lei nº 6.015/73.
- I. Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração.
- II. Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, após manifestação conclusiva do Ministério Público.
- III. O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família.
- IV. A omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai constitui motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascimento por parte do Registrador Civil das Pessoas Naturais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.
47. Sobre o parcelamento do solo urbano, de acordo com a lei que rege a matéria, é INCORRETO afirmar:
- (A) Verificando que o loteamento não está regularmente executado, o Promotor de Justiça poderá notificar o loteador para suprir a falta, providenciando a abertura de conta junto ao Registro Imobiliário para que os adquirentes possam suspender os pagamentos ao loteador e ali depositarem as prestações.
- (B) A Prefeitura Municipal, se desatendida pelo loteador a notificação que lhe foi enviada, poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes.
- (C) Não será admitido o parcelamento em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- (D) É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado.
- (E) A cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente é válida, ainda quando o loteamento não estiver regularmente inscrito, desde que previsto no mesmo instrumento um prazo máximo de seis meses para regularização.



48. O Ministério Público velará pelas Fundações no local onde forem estas situadas. Especificamente sobre a Fundação "X", com fins culturais, criada na cidade de Macapá, analise as afirmações abaixo.

- I. Após a criação da Fundação "X", aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, tomando ciência do encargo, deverão, dentro do prazo estabelecido pelo instituidor ou, no silêncio, em 180 dias, formular o estatuto da Fundação, submetendo-o, em seguida, à aprovação imediata do juiz.
- II. A alteração do estatuto da Fundação "X", dentre outros requisitos estabelecidos no Código Civil, deverá ser deliberada por 1/3 dos competentes para gerir e representar a fundação.
- III. Havendo indeferimento administrativo pelo Ministério Público do pedido de modificação do estatuto da Fundação "X", o interessado poderá requerer o suprimento judicial de modificação em ação especificamente ajuizada para este fim, na qual participará o Ministério Público como *custos legis*, obrigatoriamente.
- IV. Se a Fundação "X" for instituída por tempo certo, conforme registro de seus estatutos, ao término do prazo ela deve ser dissolvida e seus bens destinados na forma de seu estatuto ou ato constitutivo, ou incorporados a outra fundação, designada pelo juiz, com fins iguais ou semelhantes.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

49. Paulo é filho de Maria e Rolando, que foram casados até o ano de 2011, quando se divorciaram. Rolando sofreu um acidente grave de carro e ficou paraplégico, não conseguindo mais desenvolver atividade laborativa, impossibilitando-o de prestar alimentos a seu filho. Maria, por sua vez, passou a trabalhar como garçom e saiu do Brasil para destino ignorado com um turista espanhol. Nesse caso, Paulo, que atualmente está sob a guarda da irmã de Maria, Joana, na impossibilidade de Rolando suportar o encargo alimentar, devidamente representado por Joana,

- (A) poderá ajuizar ação de alimentos contra os avós paternos e, no curso do processo, os avós maternos poderão ser chamados a integrar a lide.
- (B) deverá ajuizar ação de alimentos contra os avós paternos e maternos, haja vista a existência de litisconsórcio passivo necessário.
- (C) poderá ajuizar, dentro de sua livre escolha, ação de alimentos contra qualquer um dos avós paternos ou maternos, e os demais não poderão ser chamados a integrar a lide.
- (D) poderá optar entre ajuizar ação de alimentos contra os avós paternos ou maternos ou contra os irmãos de Rolando.
- (E) deverá ajuizar, necessariamente, ação de alimentos contra os avós paternos, tendo em vista que a obrigação alimentar que está faltando é do genitor Rolando, vedada a intervenção de terceiros.

50. João e Maria, casados, quando transitavam por uma estrada no Estado do Amapá com seu veículo, sofreram um acidente de trânsito no mês de maio de 2011 e colidiram frontalmente com uma carreta, falecendo no local do acidente. O casal João e Maria deixou uma filha, Priscila, que contava com 17 anos de idade, completados naquele mesmo mês de maio, e não era emancipada. O juiz Henrique, na ausência de nomeação de tutor pelos pais falecidos, nomeou o avô materno Pedro como tutor da menor Priscila. Cessada a tutela com a maioridade de Priscila no mês de maio deste ano de 2012, Pedro cumpriu com suas obrigações e prestou contas em juízo sobre o período em que exerceu a tutela. Priscila, discordando das contas prestadas pelo seu ex-tutor, por conta de valores que teriam sido omitidos e desviados pelo tutor, deverá exercer a sua pretensão relativa à tutela observando o prazo prescricional de

- (A) 3 anos, a contar da data da aprovação de contas.
- (B) 4 anos, a contar da data da aprovação de contas.
- (C) 4 anos, a contar da data em que completou 18 anos.
- (D) 5 anos, a contar da data da aprovação de contas.
- (E) 5 anos, a contar da data em que completou 18 anos.

Direito Processual Civil

51. No tocante às ações possessórias, em nosso direito processual civil, é correto afirmar:

- (A) Pode-se discutir o reconhecimento do domínio na pendência do processo possessório, tanto ao autor como ao réu.
- (B) Não admitem a concessão de liminar senão após a audiência de justificação prévia.
- (C) Da liminar concedida em ação de manutenção ou de reintegração de posse, após audiência de justificação, cabe agravo, não cabendo qualquer recurso da decisão que denegue tal liminar.
- (D) São de natureza dúplice, isto é, a proteção possessória pode ser pleiteada também pelo réu, em contestação, sem necessidade de oferecimento de reconvenção.
- (E) Admitem a cumulação da proteção possessória com o desfazimento de construção ou plantação feitas em detrimento da posse, mas não com perdas e danos, que devem ser objeto de ação autônoma.

52. Em relação à ação civil pública, é correto afirmar:

- (A) Se o Ministério Público não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, além de assumir a titularidade ativa da demanda em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada.
- (B) Pode ser proposta para veicular pretensões envolvendo impostos, contribuições previdenciárias ou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, desde que os beneficiários possam ser individualmente determinados.
- (C) Tem ela por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, apenas, pois se disser respeito a condenação em dinheiro a ação cabível será a ação popular.
- (D) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, que terá eficácia de título executivo judicial.
- (E) Qualquer pessoa deverá e o servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos constitutivos da ação civil e apontando-lhe elementos de convicção.



53. A ação de usucapião
- (A) conta com a participação do Ministério Público, sem legitimidade, porém, para recorrer no processo em que tenha oficiado como fiscal da lei.
 - (B) é proposta para que se constitua o domínio ao possuidor, mediante sentença a ser transcrita no Registro Imobiliário competente.
 - (C) compete ao possuidor para que a ele se declare, nos termos legais, o domínio do imóvel ou a servidão predial.
 - (D) prevê a citação, por meio de Oficial de Justiça, para manifestarem eventual interesse na causa, dos representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, Territórios e dos Municípios.
 - (E) terá participação facultativa do Ministério Público, se tratar-se da ação de usucapião especial urbana.
54. Relativamente às invalidades processuais civis, é correto afirmar que
- (A) o erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos processuais dele decorrentes, pois as irregularidades formais não podem ser supridas em face de nosso sistema processual.
 - (B) as nulidades processuais dependerão sempre da iniciativa da parte ou do Ministério Público para serem reconhecidas pelo juiz.
 - (C) é anulável o processo, desde o início, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
 - (D) o ato processual nulo não terá sua falta suprida em nenhuma hipótese, pois não produz efeitos jurídicos.
 - (E) quando a lei prescrever determinada forma, sem estabelecer nulidade, o juiz validará o ato se, realizado de outra maneira, lhe alcançar a finalidade.
55. A coisa julgada,
- (A) quando material, conduz à imutabilidade dos efeitos da sentença da qual não caiba mais recurso.
 - (B) como regra, gera efeitos jurídicos entre as partes e também em relação a terceiros a ela ligados por qualquer motivo.
 - (C) uma vez caracterizada, não pode mais ser alterada, em nenhuma hipótese.
 - (D) quando formal, em regra, obsta ao autor, bem como ao réu, a propositura de nova demanda com as mesmas partes e causa de pedir.
 - (E) sempre abrangerá os fundamentos fáticos e de direito da sentença.
56. Quanto ao mandado de segurança, é correto afirmar:
- (A) Cabe sua impetração contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - (B) Para efeito de sua impetração, equiparam-se às autoridades os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
 - (C) Será concedido de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
 - (D) Da decisão do juiz de primeiro grau que denegue a liminar cabe o agravo de instrumento, descabendo recurso da decisão que a conceda.
 - (E) Os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que o decidirem.
57. No processo civil, compete ao Ministério Público
- (A) exercer o direito de ação nos casos legalmente previstos, com inversão do ônus probatório a seu favor, gozando, também, de prazo em dobro para oferecimento de contestação nos autos.
 - (B) pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do seguro obrigatório por acidentes de veículos (DPVAT) em benefício do segurado.
 - (C) intervir na ações possessórias em geral, bem como nas demandas relativas a dano social e estético.
 - (D) intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
 - (E) ter vista dos autos, para manifestação, antes das partes, com eventual novo pedido de vista após estas se manifestarem, a fim de ratificar ou apresentar acréscimos às formulações anteriores.
58. O sistema probatório, no direito processual civil brasileiro,
- (A) é caracterizado pela hierarquia rígida na apreciação da prova pelo juiz, que não poderá desatender ao peso previamente estabelecido em lei para cada uma delas.
 - (B) permite a livre apreciação da prova pelo juiz, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, alegados ou não pelas partes; na sentença, porém, indicará o juiz os elementos considerados para formação de sua convicção, em atendimento ao princípio da persuasão racional.
 - (C) dispõe que é sempre nula a convenção que distribuir o ônus da prova de modo diverso ao legalmente previsto.
 - (D) encontra-se vinculado estritamente ao princípio dispositivo, defeso ao juiz agir de ofício na determinação das provas necessárias à instrução do processo.
 - (E) não admite as chamadas máximas de experiência, pois está adstrito às normas legais.
59. Quanto à prestação de alimentos, é correto afirmar:
- (A) Da sentença proferida em ação de alimentos caberá apelação, a ser recebida sempre no duplo efeito.
 - (B) A mulher que renunciou aos alimentos na ação de separação judicial sempre perde, por força da lei civil, o direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, verificada ou não necessidade econômica superveniente.
 - (C) O débito alimentar que autoriza prisão civil do alimentante é o que compreende todo o período de prescrição para a propositura da ação correspondente à sua cobrança judicial.
 - (D) Completada a maioria civil de seu filho, cessa automaticamente para os pais a obrigação de lhe prestar alimentos.
 - (E) Inadimplidos os alimentos, o cumprimento integral da pena de prisão pelo alimentante não o eximirá do pagamento das prestações alimentícias, vencidas ou vencidas e não pagas, como regra não suspendendo a execução da ordem de prisão a interposição de agravo de instrumento.



<p>60. Quanto aos recursos, é correto afirmar que</p> <p>(A) a renúncia ou a desistência ao direito de recorrer depende da anuência da parte contrária em caso de sucumbência parcial.</p> <p>(B) o Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que é parte, mas não naqueles em que oficiou como fiscal da lei.</p> <p>(C) uma vez interposto, o recurso adesivo ganha vida processual própria, sem subordinação ao apelo principal.</p> <p>(D) podem ser interpostos pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.</p> <p>(E) dos despachos cabe reclamação ao próprio juiz da causa.</p>	<p>63. No processo de impugnação de registro de candidaturas, é de sete dias o prazo para</p> <p>(A) interposição de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral nas eleições municipais.</p> <p>(C) as partes, inclusive o Ministério Público, encerrado o prazo para dilação probatória, apresentarem alegações.</p> <p>(D) o candidato, partido político ou coligação contestarem a impugnação.</p> <p>(E) impugnação de registro de candidato em petição fundamentada.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>61. A respeito da propaganda eleitoral em geral, é correto afirmar:</p> <p>(A) Quando for contratada a realização de <i>showmício</i> ou evento assemelhado, com a apresentação remunerada de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral, os gastos respectivos deverão constar da prestação de contas do partido responsável pelo evento.</p> <p>(B) Na propaganda dos candidatos ao cargo de Senador, é dispensável a menção ao nome dos suplentes, mas, quando os nomes destes forem mencionados não poderão ser superiores a dez por cento do tamanho do nome do titular.</p> <p>(C) A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares, através de faixas ou cartazes de até cinco metros quadrados não depende de autorização da Justiça Eleitoral, mas apenas da obtenção de licença municipal.</p> <p>(D) No segundo semestre do ano da eleição, a propaganda partidária gratuita será feita de acordo com o plano de mídia estabelecido pelos partidos políticos e a representação das emissoras de rádio e de televisão.</p> <p>(E) Consideram-se bens de uso comum, para fins eleitorais, além dos assim definidos pelo Código Civil, também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios e estádios, ainda que de propriedade privada.</p>	<p>64. A respeito dos crimes eleitorais, considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. Constitui crime eleitoral oferecer dinheiro a eleitor para abster-se de votar, mesmo que a oferta não seja aceita.</p> <p>II. O crime de injúria na propaganda eleitoral admite a exceção da verdade se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.</p> <p>III. Constitui crime eleitoral fazer propaganda pela imprensa escrita em língua estrangeira.</p> <p>IV. Constitui crime eleitoral, deixar o órgão do Ministério Público de promover a execução de sentença condenatória.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>62. No que concerne ao direito de resposta em razão de imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos em qualquer veículo de comunicação social, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em programa eleitoral na internet, a resposta ficará disponível para acesso pelos usuários por tempo não superior ao tempo em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.</p> <p>(B) No horário eleitoral gratuito, a resposta será veiculada imediatamente após o tempo destinado ao candidato atingido, com duração de até o dobro do tempo utilizado pelo responsável pela ofensa.</p> <p>(C) Quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, o direito de resposta poderá ser requerido à Justiça Eleitoral, pelo ofendido ou seu representante legal, no prazo de quarenta e oito horas, contado a partir da veiculação da ofensa.</p> <p>(D) A resposta não poderá ser veiculada, em nenhuma hipótese, nas quarenta e oito horas que antecedem o pleito, situação em que a pessoa atingida deve procurar a reparação na Justiça Comum.</p> <p>(E) O direito de resposta é privativo de candidato ou outra pessoa física atingida, não podendo ser exercido por partido político, por ser pessoa jurídica, nem por coligação de partidos.</p>	<p>65. No que concerne ao processo penal eleitoral, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional competente, a ser interposto no prazo de cinco dias.</p> <p>(B) as infrações penais eleitorais são de ação pública, mas admite-se a ação penal privada subsidiária caso o representante do Ministério Público não tenha oferecido denúncia, requerido diligências ou solicitado o arquivamento de inquérito policial no prazo legal.</p> <p>(C) o réu, ou seu defensor, terá o prazo de dez dias para oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.</p> <p>(D) ouvidas as testemunhas de acusação e da defesa e praticadas as diligências requeridas pelo Ministério Público e deferidas ou ordenadas pelo Juiz, abrir-se-á o prazo de cinco dias a cada uma das partes – acusação e defesa – para alegações finais.</p> <p>(E) se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, representará contra ele a autoridade judiciária, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.</p>



<p>66. A revisão do eleitorado</p> <p>(A) não poderá ser presidida pelo juiz eleitoral da zona submetida à revisão, devendo ser designado pelo Tribunal Regional Eleitoral outro juiz para exercer essas funções.</p> <p>(B) poderá ser ordenada de ofício pelo Tribunal Superior Eleitoral quando o total de transferências de eleitores ocorridas no ano em curso seja dez por cento superior ao do ano anterior.</p> <p>(C) poderá ser ordenada de ofício pelo Tribunal Regional Eleitoral quando o eleitorado for superior a sessenta e cinco por cento da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.</p> <p>(D) poderá ser realizada em ano eleitoral, independentemente de autorização do Tribunal Superior Eleitoral, quando houver representação nesse sentido do Corregedor Regional Eleitoral.</p> <p>(E) poderá ser ordenada de ofício pelo Tribunal Regional Eleitoral quando o eleitorado for superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada à de idade superior a setenta anos no território daquele município.</p>	<p>69. No Estatuto da Criança e do Adolescente, a multa</p> <p>(A) é a mais comum dentre as sanções cominadas diante da prática de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.</p> <p>(B) vem cominada, ao lado da pena de detenção, sempre na forma cumulativa, em alguns dos crimes praticados contra a criança e o adolescente que nele se encontram tipificados.</p> <p>(C) é uma entre as dez medidas pertinentes aos pais ou responsável aplicáveis pela autoridade socioassistencial do município.</p> <p>(D) é uma das sete medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente que pratica ato infracional de menor poder ofensivo com reflexos patrimoniais.</p> <p>(E) é aplicável pelo Conselho Tutelar na hipótese de descumprimento injustificado de suas determinações.</p>
<p style="text-align: center;">Direito da Criança e do Adolescente</p> <p>67. O Conselho Tutelar, segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente,</p> <p>(A) é órgão encarregado pela sociedade de formular e executar a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente no município.</p> <p>(B) é composto por no mínimo três membros que exercem mandato de quatro anos.</p> <p>(C) deve ter os recursos necessários ao seu funcionamento previstos na lei orçamentária municipal.</p> <p>(D) tem seu presidente indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>(E) pode ser instituído por meio de consórcios para atender demandas de mais de um município.</p>	<p>70. No procedimento judicial para a perda do poder familiar, segundo disciplinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente,</p> <p>(A) o juiz nomeará curador especial ao réu revel, ainda que citado pessoalmente.</p> <p>(B) o requerido será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta.</p> <p>(C) é obrigatória a oitiva dos pais sempre que esses forem identificados e estiverem em local conhecido.</p> <p>(D) o prazo máximo para conclusão do procedimento será de 180 (cento e oitenta) dias.</p> <p>(E) a sentença que decreta a perda do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.</p>
<p>68. Segundo previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe à Justiça, ao juiz da Infância e Juventude ou ao magistrado que, na forma da lei de organização judiciária local, exerce essa função,</p> <p>(A) conceder remissão unicamente como forma de exclusão do processo.</p> <p>(B) aplicar sanções penais nos casos de crimes contra a criança ou o adolescente.</p> <p>(C) disciplinar, através de portaria, a entrada de crianças e adolescentes, acompanhados de seus pais, em estádio, ginásio e campo desportivo.</p> <p>(D) atestar a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido por programas de acolhimento institucional para fins de renovação da autorização de funcionamento.</p> <p>(E) fiscalizar entidades de atendimento não governamentais que executem programas de internação psiquiátrica de adolescentes dependentes de droga ou álcool.</p>	<p>71. A adoção, segundo o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>(A) atribui a condição de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, ressalvados os impedimentos matrimoniais e a obrigação alimentar.</p> <p>(B) não pode ser deferida a avós, tios, ou irmãos do adotando, salvo se comprovado por estudo técnico que a medida atende aos melhores interesses da criança ou do adolescente.</p> <p>(C) pode ser deferida mesmo sem a anuência do adotando, desde que ele, ao tempo da sentença, não tenha completado 14 (quatorze) anos, idade a partir da qual sua concordância será sempre necessária.</p> <p>(D) pode ser feita por procuração, desde que garantido o estágio de convivência na companhia pessoal do adotante.</p> <p>(E) é considerada internacional quando a pessoa ou casal postulante seja residente ou domiciliado fora do Brasil.</p>



72. Em relação aos regimes disciplinares, a Lei nº 12.594/12

- (A) definiu as faltas graves e as respectivas sanções, deixando a tipificação das faltas médias e leves a critério do regimento interno de cada programa.
- (B) obrigou a participação de pelo menos um técnico e um representante dos adolescentes nas comissões responsáveis pela apuração das faltas e aplicação das sanções disciplinares.
- (C) submeteu a decisão de aplicação de todas as sanções decorrentes de falta grave ao reexame necessário da autoridade judicial.
- (D) dispensou a obrigatoriedade da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação das sanções decorrentes de faltas leves.
- (E) vedou a aplicação de sanção de isolamento, salvo se imprescindível para garantia da segurança do próprio adolescente ou de outros internos.

73. José tem 18 anos e, durante o cumprimento de medida socioeducativa de internação, é preso em flagrante pela suposta prática de crime no interior do centro socioeducativo (local em que cumpre a medida privativa de liberdade). Segundo dispõe expressamente a Lei nº 12.594/12, se José for

- (A) denunciado na Justiça Criminal, deve ter sua medida socioeducativa de internação julgada extinta.
- (B) condenado à pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, a medida socioeducativa de internação será extinta.
- (C) liberado pela Justiça Criminal e reencaminhado ao centro socioeducativo, poderá o juiz da infância e juventude determinar o reinício da contagem do prazo máximo de duração da internação a partir da data de seu retorno.
- (D) condenado pela Justiça Criminal a cumprir pena não privativa de liberdade, ele deve retornar ao centro socioeducativo e ter sua pena criminal julgada extinta.
- (E) autorizado a responder o processo criminal em liberdade antes da sentença, o tempo que permaneceu preso à disposição da Justiça Criminal não será computado no tempo máximo de duração da medida socioeducativa de internação.

74. Ao regular o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Lei nº 12.594/12 distribuiu responsabilidades entre os entes federativos, dispondo caber

- (A) à União, financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do SINASE.
- (B) ao Distrito Federal, cumulativamente, as competências da União, dos Estados e dos Municípios.
- (C) aos municípios, a criação e manutenção dos programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade.
- (D) aos estados e aos municípios, garantir defesa técnica dos adolescentes inseridos nos respectivos sistemas estaduais e municipais de atendimento socioeducativo.
- (E) à União, aos estados e aos municípios, em regime de colaboração, criar, desenvolver e manter programas de atendimento para execução da medida socioeducativa de internação.

Direito Ambiental

75. De acordo com o capítulo da Constituição do Estado do Amapá que versa sobre o meio ambiente, é INCORRETO afirmar:

- (A) Afigura-se obrigação do Poder Executivo elaborar, anualmente, o relatório de qualidade ambiental do Estado do Amapá, que refletirá quaisquer alterações naturais ou construídas ocorridas no período anterior.
- (B) O Poder Público Estadual realizará o zoneamento ecológico-econômico do Estado, de modo a compatibilizar o desenvolvimento com a preservação e a conservação do meio ambiente, garantindo a conservação das amostras representativas dos ecossistemas.
- (C) A licença ambiental, renovável na forma da lei, para execução e a exploração de atividade com impacto ambiental será sempre precedida da aprovação do estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório, a que se dará prévia publicidade.
- (D) O Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública com o fim, dentre outros, de propor uma política estadual de proteção do meio ambiente.
- (E) O Estado estimulará o plantio de culturas perenes como forma de reflorestamento através de isenção e crédito facilitado.

76. A criação de Unidades de Conservação, segundo a Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, depende de

- (A) lei complementar.
- (B) lei ordinária.
- (C) lei ordinária, desde que precedida de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório.
- (D) ato do Poder Público, desde que precedido de estudos técnicos e consulta pública.
- (E) ato do Poder Público, desde que precedido de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório.

77. Sobre o licenciamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011, dispõe que

- (A) a atuação supletiva ou subsidiária é aquela pela qual o ente da Federação se substitui ao ente federativo originariamente detentor da competência para exercer o licenciamento ambiental.
- (B) cabe aos Municípios o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais do meio ambiente, segundo critérios fixados nesta Lei.
- (C) cabe aos Municípios o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Municipal do Meio Ambiente, segundo critérios fixados nesta Lei.
- (D) a supressão de vegetação será sempre autorizada pelo Estado. Todavia, se a União for o ente federativo competente para o licenciamento ambiental, a ela caberá conceder a autorização para a supressão da vegetação.
- (E) a cooperação dos entes federativos no licenciamento ambiental se dará apenas por meio de convênios.



<p>78. Sobre a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Amapá, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a água como recurso natural limitado e dotado de valor econômico é fundamento da Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Amapá.</p> <p>(B) a utilização racional e integrada dos recursos hídricos é objetivo da Política Estadual de Recursos Hídricos.</p> <p>(C) a classificação e o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso serão estabelecidos em obediência à legislação específica, normas, resoluções e pareceres técnicos.</p> <p>(D) os Planos de Bacias Hidrográficas serão elaborados pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, garantindo-se a participação da sociedade civil organizada.</p> <p>(E) a cobrança pelo uso de recursos hídricos tem por objetivo, dentre outros, disciplinar a localização dos usuários, buscando a conservação dos recursos hídricos de acordo com a sua classe de uso preponderante.</p>	<p>82. Sobre os instrumentos de controle do acesso à biodiversidade do Estado do Amapá, disciplinados na Lei Estadual nº 388/1997, é correto afirmar:</p> <p>(A) Incumbe apenas ao Ministério Público do Estado do Amapá fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.</p> <p>(B) É assegurada a participação das comunidades locais e dos povos indígenas nas decisões que tenham por objetivo o acesso aos recursos genéticos nas áreas que ocupam.</p> <p>(C) As disposições desta Lei aplicam-se apenas às pessoas jurídicas que extraíam recursos genéticos do Estado do Amapá.</p> <p>(D) Os trabalhos de levantamento e de coleta de recursos da biodiversidade realizados no Estado do Amapá deverão ser previamente comunicados à autoridade competente.</p> <p>(E) Os benefícios econômicos decorrentes dos trabalhos de acesso a recursos genéticos localizados no Estado do Amapá serão destinados às suas Unidades de Conservação.</p>
<p>79. A responsabilidade civil por dano ambiental</p> <p>(A) é solidária e objetiva.</p> <p>(B) não admite exclusão do nexo de causalidade.</p> <p>(C) é alternativa e subjetiva.</p> <p>(D) é concorrente e disjuntiva.</p> <p>(E) é disjuntiva e subjetiva.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação do Ministério Público</p> <p>83. Integram a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, dentre outros,</p> <p>(A) cinco membros do Ministério Público da União, indicados pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais.</p> <p>(B) dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pelo Presidente da República e outro pelo Presidente do Congresso Nacional.</p> <p>(C) quatro membros do Ministério Público dos Estados, indicados pelo Ministério Público da União.</p> <p>(D) dois advogados militantes do Distrito Federal, indicados pelo Procurador-Geral da República.</p> <p>(E) dois juizes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>80. Sobre a responsabilidade penal prevista na Lei Federal nº 9.605, de 12/02/1998, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.</p> <p>(B) para imposição e gradação da pena, o juiz levará em conta apenas os requisitos do Código Penal.</p> <p>(C) o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente configura causa atenuante da pena.</p> <p>(D) cometer infração ambiental aos domingos configura circunstância agravante da pena.</p> <p>(E) nos crimes ambientais, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.</p>	<p>84. O Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público da União,</p> <p>(A) deverá pertencer a quaisquer das carreiras do Ministério Público da União ou dos Estados.</p> <p>(B) será escolhido pelo Presidente da República, em lista tríplice elaborada pelo Senado Federal.</p> <p>(C) cumprirá mandato de dois anos, permitida a sua recondução sem limite de vezes.</p> <p>(D) poderá ser destituído pelo Senado Federal, mediante proposta da maioria simples da Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) deverá ter no mínimo quarenta e cinco anos de idade e quinze anos de carreira.</p>
<p>81. Sobre a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não é possível sua utilização para se buscar indenização por dano moral ambiental.</p> <p>(B) As ações serão propostas, em regra, no local onde ocorrer o dano, sendo a competência relativa.</p> <p>(C) A apelação será recebida em ambos os efeitos: devolutivo e suspensivo.</p> <p>(D) O Poder Público poderá habilitar-se como litisconsorte em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público.</p> <p>(E) Apenas o Ministério Público poderá executar sentença condenatória proferida em ação civil pública promovida por Associação, diante de sua inércia.</p>	



85. NÃO se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público, segundo a Constituição do Estado do Amapá,
- (A) atuar em qualquer caso em que seja arguida por outrem, direta ou indiretamente, inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
 - (B) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas
 - (C) participar de organismos estatais de defesa do meio ambiente, do consumidor, da política penal e penitenciária e outros afetos a sua área de atuação.
 - (D) exercer, desde que compatíveis com sua finalidade, a representação judicial e a consultoria jurídica a entidades públicas.
 - (E) exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência.
86. Considere:
- I. O Procurador-Geral de Justiça.
 - II. A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
 - III. Os Procuradores de Justiça.
 - IV. As Promotorias de Justiça.
 - V. A Comissão de Concurso.
 - VI. Os Centros de apoio Operacional.
- De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), incluem-se dentre os Órgãos de Execução do Ministério Público, os indicados APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) II, V e VI.
 - (D) III, IV e V.
 - (E) I, II, III e IV.
87. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar Estadual nº 0009/94), no que se refere ao Procurador-Geral de Justiça, é correto afirmar:
- (A) No processo eleitoral para elaboração da lista tríplice para escolha do Procurador-Geral de Justiça, será permitido o voto por procuração, desde que lavrada por instrumento público.
 - (B) A proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa da maioria absoluta do Colégio de Procuradores, formulada por escrito, dependerá da aprovação de dois terços de seus integrantes, mediante voto aberto, assegurada ampla defesa.
 - (C) Somente poderão concorrer à eleição para escolha do Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público de segunda instância com no mínimo quarenta e cinco anos de idade e quinze anos de carreira, que se inscreverem como candidatos ao cargo.
 - (D) Nos impedimentos, afastamentos, férias, licenças e na vacância, assumirá o cargo de Procurador-Geral de Justiça o membro do Conselho Superior do Ministério Público mais antigo na segunda instância.
 - (E) A proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por unanimidade pelo Colégio de Procuradores, não dependerá da manifestação da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá e implicará no afastamento definitivo deste e na vacância do respectivo cargo.
88. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar Estadual nº 0009/94), inclui-se dentre as atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça a de
- (A) fixar as atribuições dos cargos de Subprocuradores-Gerais e, mediante indicação do Corregedor-Geral, as do Corregedor-Geral Adjunto.
 - (B) determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada ampla defesa.
 - (C) aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito.
 - (D) elaborar o regulamento do estágio probatório e acompanhar os Promotores Estagiários durante tal período.
 - (E) rever mediante requerimento de legítimo interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária.
89. De acordo com a Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, inclui-se dentre as prerrogativas institucionais dos membros do Ministério Público da União
- (A) tornar-se vitalício, após dois anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 - (B) ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Superior Tribunal de Justiça, quando estiver oficiando perante tribunais.
 - (C) sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem.
 - (D) ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral da República, sob pena de responsabilidade.
 - (E) ser ouvido, como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente.
90. De acordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79), são vitalícios somente após dois anos de exercício os
- (A) Juízes Federais.
 - (B) Ministros do Superior Tribunal Militar.
 - (C) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Desembargadores dos Tribunais de Justiça.
 - (E) Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.



Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 91 a 100 referem-se ao texto abaixo.

Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus, sem que os homens possam corrigi-las com sua sensatez, ou melhor, não disponham de nenhum remédio; e por isso poderiam julgar que não vale a pena suar tanto sobre as coisas, deixando-se conduzir pela sorte. Essa opinião tem sido mais acreditada em nosso tempo pelas grandes mutações nas coisas que se viram e se veem todos os dias, fora de qualquer entendimento humano. Às vezes, pensando nisso, eu mesmo em parte me inclinei a essa opinião. Entretanto, para que nosso livre-arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase. Comparo-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derrubam árvores e construções, arrastam grandes torrões de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente. E, como eles são feitos assim, só resta aos homens providenciar barreiras e diques em tempos de calmaria, de modo que, quando vierem as cheias, eles escoem por um canal ou provoquem menos estragos e destruições com seu ímpeto. Algo semelhante ocorre com a fortuna, que demonstra toda sua potência ali onde a virtude não lhe pôs anteparos; e para aí ela volta seus ímpetos, onde sabe que não se construíram barreiras nem diques para detê-la.

(Fragmento de Nicolau Maquiavel. **O príncipe**. Trad. de Maurício Santana Dias. S.Paulo: Penguin Classics Cia. das Letras, 2010, p.131-2)

91. Para Maquiavel, o homem

- (A) é vítima de seu fatalismo e de sua indolência, que o impedem de lutar contra a própria sina.
- (B) tem total liberdade para decidir sobre seu destino, desde que seja virtuoso e equilibrado.
- (C) acaba por tornar-se um joguete nas mãos do destino, ainda que não deixe de proclamar o seu livre-arbítrio.
- (D) pode controlar ao menos em parte o seu destino, valendo-se da sensatez e da prudência.
- (E) está irremediavelmente fadado a soçobrar, por mais que se esforce para mudar o próprio destino.

92. Estas duas expressões assumem, no texto, um claro sentido de oposição:

- (A) *deixa a nosso governo / corrigi-las com sua sensatez*
- (B) *deixando-se conduzir pela sorte / governadas pela fortuna*
- (C) *governadas pela fortuna / nosso livre-arbítrio*
- (D) *corrigi-las com sua sensatez / nosso livre-arbítrio*
- (E) *suar tanto sobre as coisas / deixa a nosso governo*

93. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

- (A) *todos cedem a seu ímpeto* = não há quem resista à sua violência
- (B) *onde a virtude não lhe pôs anteparos* = no lugar em que não se corrompeu a moral
- (C) *fora de qualquer entendimento humano* = à fímbria de toda intriga humana
- (D) *deixa a nosso governo* = prescinde de nosso controle
- (E) *providenciar barreiras e diques* = obstaculizar e desassorear

94. ... não disponham de nenhum remédio...

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) ... *derrubam árvores e construções...*
- (B) ... *nas coisas que se viram...*
- (C) ... *quando vierem as cheias...*
- (D) ... *todos fogem diante dele...*
- (E) ... *eles escoem por um canal...*

95. ... eu mesmo em parte me inclinei a essa opinião.

O segmento grifado acima pode ser substituído, sem qualquer outra alteração na frase e sem prejuízo para a correção, por:

- (A) professei.
- (B) propendi.
- (C) defendi.
- (D) perfilhei.
- (E) compartilhei.

96. Ao se substituir um elemento de determinado segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:

- (A) *e têm a convicção* = e têm-na
- (B) *que demonstra toda sua potência* = que lhe demonstra
- (C) *alagam as planícies* = alagam-nas
- (D) *só resta aos homens* = só lhes resta
- (E) *providenciar barreiras e diques* = providenciá-los

97. ... quando vierem as cheias...

O segmento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o elemento grifado exerce em:

- (A) ... todos fogem diante dele...
- (B) ... as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus...
- (C) ... mas deixa a nosso governo a outra metade...
- (D) ... sem poder contê-lo minimamente...
- (E) ... só resta aos homens providenciar barreiras e diques...



98. Atente para as afirmações abaixo.

- I. *Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus...*

Uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo *convicção*, sem prejuízo para a correção e o sentido.

- II. *Comparo-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derribam árvores e construções, arrastam grandes torções de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente.*

Os dois-pontos poderiam ser substituídos por um travessão, sem prejuízo para a correção e a lógica.

- III. *Algo semelhante ocorre com a fortuna, que demonstra toda sua potência ali onde a virtude não lhe pôs anteparos...*

A retirada da vírgula implicaria alteração do sentido da frase.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I e II.
(B) II.
(C) II e III.
(D) III.
(E) I e III.

99. A palavra "maquiavélico", que se costuma atribuir uma acepção negativa, está longe de fazer justiça complexidade do pensamento de Maquiavel, mesmo aquele restrito seu mais famoso tratado, *O príncipe*.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) a - à - à
(B) à - a - a
(C) à - a - à
(D) a - à - a
(E) à - à - à

100. Ao reescrever um segmento do texto, a frase em que se manteve o respeito às normas de concordância verbal é:

- (A) Como ocorre com um rio devastador, há de voltar-se os ímpetos da fortuna para onde não há barreiras e diques que possam detê-la.
- (B) Parece relativamente disseminada esta convicção: com nenhum remédio conta os homens para corrigir as coisas do mundo.
- (C) Devem-se às grandes mutações nas coisas que se viram e se veem todos os dias essa opinião a cada dia mais acreditada.
- (D) Ainda que possam decidir metade de nossas ações, a fortuna deixa sempre a outra metade, ou quase, a nosso governo.
- (E) A maioria dos homens está inteiramente convencida de que são as coisas do mundo governadas pela fortuna e por Deus.